

# Trajetórias da bovinocultura de corte na Argentina e no Brasil: uma análise histórica e comparada sobre os efeitos das políticas de estado nos últimos dois séculos

Brisola, Marlon Vinícius

Programa de Pós-graduação em Agronegócios, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil;  
mvbrisola@gmail.com

Brisola, Marlon Vinícius (2020) Trajetórias da bovinocultura de corte na Argentina e no Brasil: uma análise histórica e comparada sobre os efeitos das políticas de estado nos últimos dois séculos. Rev. Fac. Agron. Vol 119 (1): 1-16. <https://doi.org/10.24215/16699513e034>

Nos últimos 200 anos, Argentina e Brasil dividiram a importância na produção e na comercialização global de carne bovina. Num primeiro momento, ao longo de quase um século, a detenção de tal poder esteve na mão dos portenhos, que utilizaram muito bem as características das terras pampeanas para multiplicar os seus rebanhos. Nos últimos 60 anos, porém, de forma surpreendente, o Brasil assumiu essa tarefa e se tornou o detentor do maior rebanho comercial do mundo e o maior exportador de carne bovina do planeta. Nesse estudo, por meio de uma análise histórico-comparativa, buscou-se analisar qual a participação do Estado no crescimento do rebanho bovino, em cada um dos dois países, ao longo desse período. Para tanto, segmentou-se o tempo em subperíodos, os quais foram denominados de 'casos' e criou-se parâmetros de comparação através de uma graduação indicativa do impacto provocado pelas políticas e ações governamentais sobre o crescimento dos rebanhos. Utilizou-se fontes secundárias e documentais para levantar os dados históricos. Os resultados mostraram que, tanto na Argentina, quanto no Brasil, a participação estatal, direta ou indireta, foi determinante para influenciar no crescimento dos rebanhos e na consequente participação do agronegócio da carne bovina na balança comercial dos dois países.

**Palavras chave:** bovinocultura, estado, carne bovina, história comparada, agronegócio

Brisola, Marlon Vinícius (2020) Livestock trajectories in Argentina and Brazil: a historical and comparative analysis of the effects of state policies in the last two centuries. Rev. Fac. Agron. Vol 119 (1): 1-16. <https://doi.org/10.24215/16699513e034>

In the last 200 years, Argentina and Brazil have divided their importance in the global production and marketing of beef. At first, for almost a century, the possession of such power was in the hands of the argentines, who used very well the characteristics of the Pampean lands to multiply their herds. Over the last 60 years, however, surprisingly, Brazil has taken on this task and has become the holder of the largest commercial herd in the world and the largest exporter of beef on the planet. In this study, through a historical-comparative analysis, we sought to analyze the state's participation in the growth of the livestock, in each of the two countries, during this period. In order to do so, the time was divided into subperiods, which were called 'cases' and comparison parameters were created through a gradation indicative of the impact caused by governmental policies and actions on the growth of the herds. Secondary and documentary sources were used to collect historical data. The results showed that, in Argentina and in Brazil, direct or indirect state participation was determinant to influence the growth of the herds and the consequent participation of bovine agribusiness in the trade balance of the two countries.

**Key Words:** livestock, state, beef, comparative history, agribusiness

---

<https://revistas.unlp.edu.ar/revagro>

Recibido: 18/02/2019

Aceptado: 23/01/2020

Disponibile on line: 01/07/2020

ISSN 0041-8676 - ISSN (on line) 1669-9513, Facultad de Ciencias Agrarias y Forestales, UNLP, Argentina



## INTRODUÇÃO

A criação de bovinos e a produção de carne para consumo e exportação sempre encontraram posições de destaque na história econômica e social da Argentina e do Brasil, ao longo dos últimos 200 anos. No entanto, tal destaque se apresentaram com divergentes trajetórias, delineadas pelo contexto político e econômico dos dois países.

Enquanto a Argentina encontrou a pampa como região apta ao desenvolvimento da pecuária e fez dessa atividade o seu negócio principal por aproximadamente um século, desde meados do século XIX, o Brasil só passou a apurar dividendos da exportação de carne bovina nos últimos 50 anos, se tornando detentor do maior rebanho comercial do mundo e o maior exportador de carne bovina da atualidade. Diferentes razões impuseram restrições e favorecimentos ao crescimento dos rebanhos nos dois países, sendo que o papel do estado certamente foi o maior contribuinte desses movimentos.

Este estudo, produto de uma pesquisa histórica e comparada, sobre a relação do Estado com os agentes do agronegócio da carne bovina na Argentina e Brasil, usou de fontes secundárias e documentais para descrever e analisar em que medida os governos foram responsáveis pela evolução da bovinocultura de corte nos dois países ao longo dos últimos dois séculos.

## METODOLOGIA

Além da descrição histórica, utilizou-se como metodologia de pesquisa a comparação, a partir da identificação dos graus de intensidade dos impactos produzidos pelos eventos (ações e políticas de estado) produzidos ao longo da história, em cada país. Para melhor entendimento, segmentou-se cada um dos dois períodos em subperíodos que apresentassem características econômicas e políticas semelhantes.

Cada subperíodo foi identificado como um 'caso' – denominação essa dada por Ragin (1992) e reproduzida em outros estudos de caráter histórico-comparados realizados por Brisola (2014).

Os casos analisados, num total de onze (seis na Argentina e cinco no Brasil), foram numerados sequencialmente a partir da Argentina (desde o ano

1815 até 2015), e concluídos com o Brasil (de 1822 a 2014) (Tabela 1).

A coleta de dados para o alcance dos objetivos da pesquisa foi realizada em anuários e periódicos editados por organismos públicos e privados relacionados aos setores de produção e comercialização de carne bovina e da macroeconomia local; e em livros e periódicos científicos de interesse do estudo.

Aos eventos identificados na história, aplicou-se valores correspondente à escala que demonstra a presença/ausência e a intensidade do impacto que eles causaram sobre o crescimento do rebanho bovino, nos respectivos países. Os indicadores de intensidade da escala – chamados de Graus de Intensidade (GI) são: (1) não gerador de impacto; (2) gerador de baixo impacto; e (3) gerador de alto impacto.

Por meio dos indicadores fez-se a análise comparada entre os casos.

A seguir, são descritos os onze casos com o destaque para os principais eventos e suas variáveis correspondentes. Em seguida, a partir de um quadro resumo, são comparados e analisados os principais eventos produzidos pelo Estado, bem como o desempenho dos rebanhos bovinos, por caso.

### Caso 1: Argentina – Antes e depois da Independência

O Vice-reinado do Rio da Prata, no qual englobava o território atual da Argentina, até o fim do século XVII, recebia a atenção da coroa espanhola por suas minas de ouro e prata, nas regiões norte e oeste. Nas demais regiões, pouca ou nenhuma atenção era recebida, especialmente o centro-sul e o litoral, devido à ausência de minerais valiosos e da rispidez das tribos indígenas. No entanto, a saída ao mar pelo Rio da Prata passou a receber certa atenção, por razões militares, propiciando uma concentração populacional na região que viria a se formar a cidade de Buenos Aires. Segundo Ferrer (2006), não mais do que 50 mil pessoas constituíam a população de Buenos Aires e litoral adjacente em meados do século XVIII. Metade desta população, aproximadamente, era constituída de brancos e mestiços; o restante da população era de indígenas.

A bovinocultura praticada no território argentino, ao longo de todo o período colonial, destinava-se essencialmente a atender a subsistência alimentar local.

Tabela 1. Casos do estudo e períodos correspondentes. Fonte: Elaboração própria.

Casos	País	Período	Correspondente
1	Argentina	1815 – 1879	Antes e depois da Independência
2		1880 – 1916	A República Conservadora
3		1917 – 1975	Dos Radicais aos Peronistas
4		1976 – 1983	Reorganização Nacional
5		1984 – 2002	De Alfonsín a Menem
6		2003 – 2015	De Duhalde aos Kirchner
7	Brasil	1808 – 1930	Do Império à Primeira República
8		1931 – 1963	Entre os governos Getulistas
9		1964 – 1984	O Regime Militar
10		1985 – 2002	Redemocratização
11		2003 – 2014	De Lula ao primeiro mandato de Dilma

A região dos Pampas (planície que avança para o interior na região central do país) foi descoberta como promissor ambiente para a atividade agropecuária, passando a acumular rebanhos de equinos, bovinos e ovinos (inicialmente, soltos à revelia e caçados como animais selvagens) a partir do século XVII. Há evidências de que os primeiros animais vivos no local foram ali soltos pelo governador de Buenos Aires, Hernando Saavedra, a mando do Vice-rei, ainda no século XVII.

A captura de bovinos selvagens, para consumo e comércio de couros e sebo, passou a ser uma prática comum dos índios da região, bem como de alguns espanhóis e 'mestiços'<sup>1</sup>, que passaram a ampliar os rebanhos, tomando-os como seus, para que assim ficassem demarcadas as suas terras. (Costa, 2011a)

A ampliação da concentração populacional na foz do Rio da Prata e o esgotamento das minas do norte do país propiciaram novos interesses e ambições à população da região, que passou a almejar por maior autonomia frente à metrópole. Mediante tal demanda, a Argentina alcançaria sua independência com a Revolução de Maio, em 1810, embora somente em 1816 tal declaração viesse a ser confirmada.

Segundo Ferrer (2006), o mercado de exportação de couro era significativo indicador da expansão do comércio na região do Rio da Prata. Com o avançar das exportações via porto de Buenos Aires – especialmente, de couro, carnes seca e/ou salgada, sebo e lã –, foi notório o fortalecimento econômico do litoral. Não obstante, a concentração da renda acompanhou o enriquecimento local, deixando a maior parte do capital circulante na mão dos pecuaristas latifundiários e dos exportadores e negociadores intermediários. Na balança comercial, via-se pouca compensação, mediante uma elevada importação de bens de luxo, que atendia o interesse de uma reduzida parcela da população.

Apesar das divisas com a exportação, a produção de carne seca ou salgada passou a ser uma preocupação do governo argentino, já que interferia na oferta de carne fresca e no consequente hábito de consumo da população local. Tal preocupação levou, em 1817, a ser baixada pelo governo de Buenos Aires, uma proibição (revogada em seguida) para a produção de carne salgada; e em 1868, o Governo Nacional oferecia uma quantia de 8 mil dólares a quem descobrisse uma forma de conservar carne fresca apta ao consumo. Ainda por razões sanitárias, a proibição da existência de saladeiros nos arredores de Buenos Aires veio a ser feita a partir deste ano. (Costa, 2011a)

As operações de abate, processamento do couro e salga da carne ocorriam próximas do litoral. Tais processos, que se tornavam cada vez mais intensos e em maior volume, geraram a necessidade de que se criasse uma nova fase na cadeia produtiva da produção de bovinos e ovinos – a invernada – bem como um novo agente, o invernista – um mal necessário, na visão dos pecuaristas criadores. (Gilberti, 1970)

No campo das exportações, o transporte ultramar de carne congelada foi uma conquista importante para o setor, ocorrida nos anos 70'.

Para a manutenção da expansão das pecuárias bovina e ovina nos pampas, contudo, o combate aos índios, os gastos com os litígios internos pós-independência e a sustentação do aparato político e de infraestrutura urbana da capital, fez com que o governo, no segundo terço do século XIX, permitisse uma substancial desvalorização da moeda no mercado internacional. Tal desvalorização favorecia os exportadores, apesar de gerar uma inflação, que prejudicava consideravelmente a economia local, por impedir o poder de compra da maioria da população.

A política de emissão de títulos para a sustentação das contas públicas passou a ser uma prática constante na Argentina, e se fazia entre o governo e a elite agroexportadora e comerciantes locais, na forma de contribuição forçada, em prol da sustentação do sistema. O limite de tal conjuntura se mostrava quando, em situações onde havia retração do comércio exterior, o consumo interno não era capaz de absorver o excedente de produção não exportado. Para sustentar a emissão de títulos e o equilíbrio da balança comercial, era autorizada a emissão de moeda corrente, o que ampliava a inflação e restringia ainda mais o poder de compra da população menos favorecida.

O fato é que a Argentina vivia uma situação econômica peculiar, onde as preocupações estavam centradas, no momento, à sua reorganização política e institucional.

## **Caso 2: Argentina – A República Conservadora**

A carne argentina salgada ou seca não atendia às exigências dos consumidores europeus. Havia um consenso sobre a necessidade de se criar um meio de transportar carne fresca para a Europa. A invenção do pesquisador francês Louis Tellier tornou tal intento uma realidade, permitindo que um barco pudesse transportar carne ultramarina congelada, a 0° C. Batizado como *Frigorifique*, o barco chegou para o primeiro embarque no porto de Buenos Aires no natal de 1876. Entretanto, melhorias no processo fizeram com que a carne se mantivesse mais apta ao consumo em temperaturas mais baixas e, em 1877, outro barco frigorífico entrou na rota da carne, o *Paraguay*, com ajustes na temperatura (-30° C) que possibilitaram garantir melhor qualidade à carne transportada. (Gilberti, 1970)

Os primeiros frigoríficos de maior porte instalados na Argentina passaram a funcionar a partir da década de 80'; no mesmo ano em que Julio Roca se elege presidente, dando início ao período conhecido como a República Conservadora.

A República Conservadora perdurou até 1916 e caracterizou-se por políticos, ideologicamente, positivistas, liberais, conservadores, darwinistas e defensores do progresso e da modernização do país.

A força do desenvolvimento econômico na Argentina, a partir de meados do século XIX, se concentrava na mão do capital estrangeiro e voltava-se ao interesse da agroexportação. Por volta de 1913, cerca de 50% do capital circulante no país advinha de fontes estrangeiras (especialmente inglês), bem como a maior parte do capital investido em atividades de maior agregação de valor nas cadeias de produção agropecuárias, tais como frigoríficos, moinhos, estruturas portuárias e ferrovias. Dos investimentos nacionais na época, 36% estavam em ferrovias e outros 39% estavam em títulos do governo e serviços

<sup>1</sup> Denominação dada a aqueles nascidos na colônia, mesmo que filhos de europeus.

públicos. As atividades agropecuárias representavam outros 5%. Em torno de 76% dos frigoríficos eram controlados por estadunidenses (51%) e britânicos (20%). (Ferrer, 2006)

Em 1888, a estimativa do rebanho nacional ultrapassava 22 milhões de cabeças bovinas. A taxa de crescimento nas exportações girava em torno de 3,8% anuais. Destas, contudo, o crescimento de produtos da agricultura frente aos de derivados da produção pecuária foi sensivelmente ampliada: de 1/95, em 1870, para 20/80, em 1890. (Ferrer, 2006)

Os anos 1900 e 1902 foram considerados como 'o período de ouro da indústria frigorífica' na Argentina. Havia somente três unidades frigoríficas (britânicas), e isso fazia com que a disputa entre elas propusesse uma elevação nos preços e a atratividade dos norte-americanos pelo negócio no extremo sul do continente. (Gilberti, 1970)

Por volta de 1907, nove era o número de frigoríficos abatedores de bovinos instalados no país. Destes, seis eram britânicos e os demais de capital argentino. O domínio inglês, contudo, passaria a ser enfrentado pelo capital norte-americano – que iniciara o investimento de uma planta superior às demais instaladas no país, e detentora de tecnologia de resfriamento da carne superior à dos europeus. (Gilberti, 1970)

Em 1911, era travada em meio aos integrantes da cadeia da carne bovina a chamada 'guerra das carnes'. A disputa entre frigoríficos estadunidenses, britânicos e argentinos pela formação de escalas para abate e atendimento aos seus clientes no exterior fez ampliar o preço dos animais em internadas no país. Tal situação chegou ao ponto de se estabelecer entre eles uma cota de animais que atendesse às suas demandas, bem como um controle de preços a serem aplicados junto aos internistas. (Gilberti, 1970)

O crescimento da exportação de carne resfriada fez crescer também o tamanho das internadas (áreas destinadas à engorda dos animais) em regiões mais próximas de Buenos Aires, bem como estimular a ampliação das ferrovias para o interior.

A maturidade da economia agroexportadora argentina alcançaria seu auge no ano de 1913, porém, em meio à construção de uma sociedade desigual, com renda altamente concentrada e elevada dívida externa e interna. Embora tal condição mantivesse a Argentina como a sétima maior potência exportadora do mundo, tal desempenho era decorrente da desvalorização da moeda e do consequente investimento estrangeiro.

Segundo Ferrer (2006), em 1913, 50% do capital fixo existente no país tinha propriedade estrangeira: aproximadamente 75% inglês e 25% estadunidense. A maior parte dos investimentos constituíam elementos que compunham a cadeia de valor da produção agroexportadora (ferrovias, silos, frigoríficos e propriedades rurais), enquanto o restante estava aplicado em títulos do governo, instituições financeiras, infraestrutura comercial e em serviços públicos.

### Caso 3: Argentina – Dos Radicais aos Peronistas

Em 1916, Yrigoyen ganha as eleições presidenciais e dá início ao período chamado dos Presidentes Radicais (1916 a 1930). Ele buscou reproduzir nos argentinos o espírito nacionalista, ao valorizar os limites territoriais; criar regras de proteção aos pequenos produtores e

aos aposentados; regulamentar a exploração energética; deter o controle do capital estadunidense e britânico, com a criação de estatais e a tarifação das operações nas ferrovias, além de ampliar a rede ferroviária nacional.

A neutralidade do governo de Yrigoyen durante a primeira grande guerra, lhe rendeu a aproximação comercial com os países do bloco socialista, no entanto, o avanço da indústria frigorífica estadunidense fez com que essa superasse os abates da indústria britânica no início dos anos 20'. Das 17 plantas frigoríficas existentes, oito eram de capital norte-americano, cinco eram britânicas e quatro argentinas. Tal situação, gerou, em 1925, uma nova fase da 'guerra das carnes', reivindicada pelos frigoríficos estadunidenses, e que resultou no estabelecimento de novas cotas de embarque. (Gilberti, 1970)

Mediante a crise do preço na pecuária, conservada desde o período da guerra, o então presidente Alvear, em 1923, foi levado a sancionar diversas lei que buscavam trazer maior justiça comercial ao setor. No entanto, somente a Lei 11.228, que criava o Frigorífico Nacional da Capital Federal e depósitos distribuidores de carnes (denominado '*Frigorífico y Matadero Municipal de Liniers*' que somente foi inaugurado em 1930) foi verdadeiramente cumprida; em função da pressão da indústria local e dos internistas (beneficiários do sistema). (Gilberti 1970)

Apesar da turbulência vigente no setor, a atividade agropecuária se mantivera como impulsionadora da economia. Contudo, o início de uma nova ordem econômica, em prol da industrialização do país, traria novas demandas para o setor agropecuário – sobretudo para a sustentação do mercado e consumo internos.

Com a chegada de Juan Domingo Perón no poder, a partir dos anos 40, tem início um período de forte antagonismo político, em prol de direitos trabalhistas e contra o liberalismo econômico, que perduraria, pelo menos, por mais de trinta anos.

Em 1949, o Frigorífico Municipal é nacionalizado e incorporado ao *Instituto Ganadero Argentino* – IGA, que viria a se transformar em Instituto Nacional de Carnes – INC. Neste período, ocorre ainda a redução das exportações e o abastecimento de carne ao mercado interno se intensifica. O percentual de carne exportada frente ao volume consumido internamente alcançaria, entre 1951 e 1954, o nível mais baixo desde o início do século: 16%. (Gilberti 1970)

Em maio de 1956, foi sancionado o Decreto 8509 que criava uma nova Junta Nacional de Carnes – JNC. Na verdade, esta determinação buscava alterar algo da estrutura anterior: excluía da direção os internistas, além de dar menos poderes aos frigoríficos e membros da Sociedade Rural Argentina - SRA. Em 1957, o Frigorífico Municipal receberia a identificação de Frigorífico *Lisandro de la Torre*. (Gilberti, 1970)

Concomitantemente, a formação de instituições coletivas de pecuaristas, de pequenos abatedouros e da indústria frigorífica, levou à criação da Junta Nacional de Carnes – JNC e de uma legislação de amparo ao setor. Ainda, uma das mais polêmicas interferências governamentais, nesse sentido, foi a criação do Tratado Roca-Runciman, que estabelecia condições para o comércio bilateral entre Argentina e Inglaterra.

Nesta década, mudanças significativas também ocorreram no arranjo genético do rebanho. Com a diferenciação do valor pago pelos cortes mais qualificados, a ampliação de animais de raças de melhor conformação de carcaça (Shorthorn, Aberdeen Angus e Hereford) ocorreu no rebanho argentino.

O fato é que ao longo do período de influência do peronismo (desde 1946), a pecuária bovina avança em ritmo lento, frente às incertezas econômicas produzidas pela ideologia vigente. Da mesma forma, há um decréscimo das atividades dos grandes frigoríficos em detrimento dos estabelecimentos de menor porte e nacionais.

Um pouco mais além, no ano 1977, encerraria o período de crescimento do estoque de cabeças bovinas na Argentina, alcançando 61 milhões de cabeças; número este que jamais seria registrado na história deste país. (FAO, 2018).

#### **Caso 4: Argentina – Reorganização Nacional**

O período denominado de Reorganização Nacional é memorizado como o período negro da história argentina, e teve como protagonistas os presidentes militares Videla, Viola, Galtieri e Bignone, entre 1976 e 1983. Foram oito anos marcados por intensas violações aos direitos humanos (prisões sem justa causa, sequestros de bens, torturas e assassinatos) derivadas de forte repressão dos militares.

Foi um período caracterizado como liberal e altamente intervencionista, trazendo consequências negativas para a economia argentina. As dificuldades econômicas, derivadas do déficit público e da inflação, não foram superadas pelas medidas governamentais imperadas pela eliminação de barreiras tarifárias para atração do capital externo, desvalorização do dólar e elevação das taxas de juros internamente. A especulação financeira e a desindustrialização, com retração no consumo e manutenção da inflação, foram as principais consequências.

No que tange ao agronegócio da carne bovina, ocorreu inicialmente uma elevação no efetivo bovino, seguida de declínio. Enquanto que em 1976 eram registradas 58,2 milhões de cabeças, em 1977 este número alcançara 61,1 milhões (o maior número já registrado na história da Argentina), mas, em 1983 o mesmo caía para 53,8 milhões, uma redução equivalente a 7,5%. (Azcuay Ameghino et al., 1998)

Concomitante a essa realidade, é importante destacar também a significativa redução de estabelecimentos voltados a essa atividade no país (especialmente na região pampeana), embora tenha havido um ganho de produtividade, por área e por animal, no mesmo período.

Um dos fatores que influenciaram no descenso da bovinocultura tem relação com a evolução natural do ciclo pecuário – ou seja, a liquidação e a retenção de animais em ciclos que variam entre 5 a 7 anos. É natural que, em função dos preços e das condições biológicas, hajam retenções e abates de matrizes de tempos em tempos, influenciando na flutuação do número total de animais. Entretanto, a cedência de terras oriundas da produção pecuária para a agricultura (cereais e oleaginosas, especialmente) e outras atividades de maior retorno econômico, criando novos sítios de produção pecuária em direção à fronteira,

parece ter sido a causa de maior importância nesse período (Basualdo & Arceo, 2006).

Há quem acrescente que o Estado teve a sua responsabilidade sobre tais mudanças, sejam elas diretas ou indiretas. Arceo (2017) compartilha com outros autores o fato de que houveram interferências do Estado na área tecnológica, no preço da carne (interno e externamente) e na evolução dos salários reais da população, comprometendo a evolução da produção e o mercado de carne bovina no país. Mas, talvez, um dos fatores mais preponderantes ocorreu em decorrência da busca de conter a inflação, quando o regime adota um programa de restrição ao crédito, por meio de elevação das taxas de juros. Para Basualdo & Khavisse (1993), a política de elevação da taxa de juros, implantada pelo governo da Reorganização Nacional, em 1977, influenciou fortemente no desempenho e futuro da cadeia de produção da carne bovina. Diante da oportunidade de transformar seu patrimônio (terra e animais) em ativos financeiros de alta liquidez e de importante valor monetário, e ainda se livrarem de pesadas dívidas advindas da aquisição de insumos em meio aos danosos custos da conjuntura macroeconômica, muitos pecuaristas decidem liquidar seus plantéis e saírem da atividade. Em decorrência disso, a redução dos rebanhos bovinos na Argentina seria fato passível de ocorrer – como o foi.

A intervenção na CAP, buscando o saneamento financeiro da entidade, e alterações na Lei de Carnes e na composição da JNC, além do fechamento (em 1976) e ordenação de demolição (em 1979) do Frigorífico *Lisandro de la Torre*, foram outras ações do governo Videla. Da mesma forma, a CAP, em 1978, é definitivamente dissolvida e liquidada.

As exportações, nesse período, também decaíram. Talvez, o principal motivo externo para a redução do volume de exportações de carne argentina para o Reino Unido – e, nesse caso, também para outros países – diz respeito à crise do petróleo, iniciada em 1973. Entretanto, outro fator que interferiu na queda da comercialização da carne argentina para o Reino Unido foi o aparecimento, em 1966, de surto de febre aftosa na Inglaterra, cuja atribuição à entrada do vírus no país foi condicionada à carne advinda dos países fornecedores – neste caso, principalmente a Argentina. Em 1980, alguns países da União Europeia decidem implantar a Cota Hilton, que identifica uma cota pré-definida de carne a países exportadores com vista a atender a importadores também pré-estabelecidos. A Argentina foi beneficiada, mas tal intento não promoveu importante alteração no volume de carne exportada e nem na ampliação da arrecadação.

#### **Caso 5: Argentina – De Alfonsín à Menem**

Encerrado o período do regime militar, toma posse em dezembro de 1983, o radical Raúl Alfonsín. O processo de redemocratização e as questões econômicas, representadas pela elevada inflação e a dívida pública, foram os grandes desafios de seu governo. Após a implantação, sem sucesso, de alguns planos de contenção da inflação, Alfonsín entrega o governo a Carlos Menem, que promulga a Lei da Convertibilidade, obrigando o Banco Central a estabelecer a paridade da moeda argentina com o dólar. A convertibilidade, embora conseguisse o controle da inflação, fez ampliar

a dívida pública e provocar forte deflação, que levou ao retorno da inflação, seguida de elevada taxa de desemprego. Em dezembro de 1999 assume a presidência o radical Fernando de la Rúa, que preside a Argentina em uma das maiores crises econômicas de sua história.

Apesar dos problemas econômicos do período, a produção de bovinos, o abate para consumo local e as exportações se conservaram relativamente constantes nesse período. Novas tecnologias aplicadas à produção de bovinos (e sua especialização para animais produtores de carne e de leite) parecem ter encontrado sistemas de produção que se adequavam ao ambiente e à maior necessidade de maior ganho de peso por animal ou por hectare. Os sistemas de produção em confinamento ('*al corral*' ou '*Feedlot*') tornavam-se mais comum, bem como atividades de produção integradas com a agricultura.

Ainda no governo Alfonsín, não tendo como não adentrar na ciranda de preços, a indústria frigorífica repassou seus maiores gastos ao consumo, mas se privou de exportar com elevados custos. Em contrapartida, a população passou a recusar-se a comprar carne, promovendo um boicote temporário ao produto. Diante desse quadro, sem efetiva resposta das autoridades governamentais, os sindicatos de trabalhadores da indústria, os seus empresários e os representantes do comércio varejista decidiram, por conta própria, adotar um limite de abates que justificariam os ganhos, o abastecimento, a manutenção dos salários dos trabalhadores e o consumo. (Mendez, 1988)

Para garantir a rentabilidade, os pecuaristas voltaram a fazer as vendas diretas nas fazendas (não utilizando o mercado de Liniers) – como na época do regime peronista. O governo reagiu e interviu no mercado, restringindo as vendas de carne. No entanto, tal medida durou pouco tempo, já que se constatou que os riscos de desabastecimento poderiam ser maiores. A falta de

controle e referência nos preços praticados em todos os elos do setor encontravam uma variação de até 110%. (Mendez, 1988)

A situação dos frigoríficos, especialmente os exportadores, tornava-se cada vez mais complexa, cabendo às plantas de menor porte melhor se estabelecerem às condições do mercado. O fato é que as operações governamentais não atendiam as demandas do setor frigorífico, que se apresentavam com capacidade ociosa e com poucas expectativas de recuperar o *status* produtivo de décadas anteriores.

No campo das exportações, a carne bovina alcançou uma redução de 15% na sua fatia de itens da balança comercial. Além dessa redução relativa, vê-se uma redução real no volume de exportações que se mantém até o fim do período de convertibilidade (Figura 1).

No que tange à desregulamentação dos mercados, a dissolução da JNC, em 1991, representou importante ação estatal. Segundo Ghezán et al., (2001) com esta dissolução, cessaria a intervenção estatal nos preços do setor.

A implementação do chamado "*corte por lo sano*" implicava em restrições para o processamento da carne bovina ao nível dos frigoríficos de forma a atender às exigências do mercado importador, levando muitos frigoríficos a preferirem não se ajustar às exigências, buscando atender somente ao mercado interno. A resolução que deu origem a essas exigências (843/92) foi, contudo, ignorada poucas semanas depois pelo governo da província de Buenos Aires. (Azcuy Ameghino, 2007)

Em dezembro de 1996 é criada, por meio do Decreto 1343/96, a *Oficina Nacional de Controle Comercial Agropecuario* – ONCCA, órgão desvinculado da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Alimentos – SAGPyA, que tinha como objetivo "fiscalizar o cumprimento das normas de comercialização no setor agropecuario, a fim de assegurar a transparência e a livre concorrência".

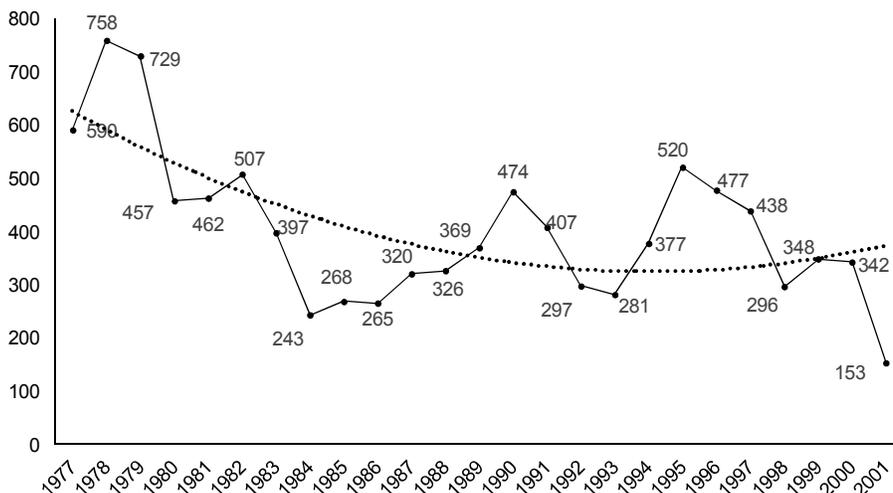


Figura 1. Variação do volume de carne bovina exportada da Argentina (em mil toneladas) entre 1987 e 2001, com linha de tendência. Fonte: Adaptado de IPCVA (2012).

Sobre o controle da febre aftosa, em 2000, a Organização Internacional de Epizootias – OIE reconhece a Argentina no *status* de 'país livre sem vacinação'. Esse reconhecimento, contudo, é desconsiderado, em função do surgimento de novos focos da doença. (Ghezán et al., 2001; Nin & Shmite, 2013)

Mediante a aplicação de rígidas medidas de controle, porém, foi novamente reconhecida a Argentina, parcialmente em 2002, e totalmente, em 2003, como 'zona livre de febre aftosa com vacinação'. (Ghezán et al., 2001; SENASA, 2018b).

#### **Caso 6: Argentina – De Duhalde aos Kirchner**

Adolfo Saá permanece na presidência por apenas 8 dias – tempo suficiente para decretar a moratória da dívida externa e entregar o cargo para Duhalde. No curto período de mandato, na tentativa de conter a inflação, Duhalde congelou os salários, as aposentadorias e as taxas dos serviços públicos. Diante do quadro instalado, Duhalde decide encerrar o seu mandato seis meses antes do previsto, repassando a Néstor Kirchner, vencedor das eleições em abril de 2003.

Néstor dá continuidade ao programa de desvalorização do peso, fazendo crescer o PIB nacional, numa taxa entre 8% e 9% ao ano, movido pelo aumento das exportações e pela redução dos gastos públicos. Concomitante ao crescimento econômico, seu governo propiciou o aumento do salário mínimo em mais de 340%, além de reduzir a pobreza e o desemprego instalados no governo anterior. Em 2006, liquidou o *déficit* com o Fundo Monetário Internacional e encerrou o seu governo com a ampliação das reservas internacionais. Contudo, tais favorecimentos ao setor industrial e agroexportador têm curta duração.

A estatização de várias empresas e a aproximação com movimentos sociais foram também importantes marcas do governo de Néstor Kirchner.

Entre dezembro de 2007 e dezembro de 2015, dando sequência à política econômica e social iniciada por Néstor Kirchner, é eleita por dois mandatos consecutivos, a sua esposa, Cristina Kirchner.

Cristina, ao longo de oito anos, estatizou e expropriou grandes empresas, ampliou os gastos públicos ao adotar uma política de redistribuição de renda, limitou as exportações e promoveu intervenções no câmbio, nas informações oficiais e em órgãos de imprensa. As distorções econômicas de seu governo repercutiram em insatisfação popular e manifestações contrárias à corrupção, às altas taxas de inflação, ao autoritarismo e à manipulação dos dados oficiais da economia.

Os primeiros impactos verificados no setor de produção, processamento e comercialização da carne bovina neste período tem direta relação com a volta dos focos de febre aftosa e o conseqüente fechamento das rotas ao mercado externo, além dos preços da carne no mercado interno.

Após a breve retomada do crescimento do rebanho bovino em 2007 (chegando a 58 milhões de cabeças), vê-se uma nova e drástica redução neste efetivo nos anos seguintes, para próximo de 48 milhões, mantendo-se doravante estagnado.

Apesar da redução do rebanho, há notórios ganhos em produtividade dos rebanhos remanescentes, baseado

na adoção de tecnologias – sobretudo nas fases de recria e engorda –, tais como a adoção de sistemas intensivos de produção e fornecimento de volumosos<sup>2</sup> e concentrados<sup>3</sup> em espaço reduzido (*feed lot*), além da adoção de sistemas de manejo de pastagens com o uso de cercas elétricas e alimentação controlada. Além disso, passaram a ser cada vez mais eficientes as práticas de melhoramento genético, propiciando animais mais aptos às condições ambientais e que melhor respondem em ganho de peso e eficiência reprodutiva as práticas adotadas. Todas estas ações e adoções coadunam com a maior concentração de animais por área e/ou a redução da idade dos animais ao abate.

No que tange ao controle da febre aftosa, entre 2011 e 2014, novas áreas foram incorporadas à área livre sem vacinação, ampliando o limite desta ao norte. (SENASA, 2018b)

Tais avanços no controle da doença, no entanto, não contribuíram com a ampliação das exportações, já que sua queda foi iminente, como produto das medidas populistas dos governos Kirchner.

Como forma de garantir o abastecimento de carne internamente, o governo criou medidas que pressionaram o preço para baixo, a partir da ampliação da oferta interna, mediante proibição temporária e parcial das exportações – o que gerou uma nítida consternação por parte dos representantes do setor, levando a uma 'estrangeirização' das plantas frigoríficas. Em destaque, os grupos brasileiros JBS e MARFRIG encontravam-se como os maiores compradores de plantas na Argentina. O grande marco desta mudança ficou a cargo do Grupo JBS que adquiriu o último remanescente dos grandes frigoríficos argentinos – o SWIFT, ainda em 2005.

A Figura 2 destaca bem esta realidade, quando mostra declínio no consumo *per capita* a partir de 2009, concomitante à queda no volume de exportações.

Tal situação conduziu a Argentina a novos patamares no *ranking* dos países exportadores de carne bovina: de 4º maior exportador em 2006 (atrás apenas de Brasil, Austrália e Índia), passou para o 5º lugar em 2007, 6º em 2008, chegando em 2011 na 11ª colocação. (USDA, 2018)

#### **Caso 7: Brasil – Do Império à Primeira República**

Albuquerque (1981) destaca que os primeiros rebanhos a se instalarem no Brasil foram trazidos das ilhas de Cabo Verde, por volta dos anos 1550 e, além de atenderem aos engenhos com seus 'serviços', os animais ofereciam couro e carne para suprir as necessidades da população local.

No Brasil, a manifestação de ciclos produtivos remodelara a cultura e o *status* econômico de algumas regiões, por períodos definidos, tais como: o algodão no agreste nordestino, entre 1780 e 1865; a borracha no

<sup>2</sup> Denominação dada a alimentos de origem vegetal, essencialmente gramíneas, utilizados na dieta de bovinos e outros ruminantes. Podem ser administrados diretamente em cochos aos animais ou coletados diretamente por eles sob a forma de pastoreio (pastejo)

<sup>3</sup> Denominação dada aos alimentos que complementam a dieta dos animais, normalmente de origem vegetal e preferencialmente derivados de sementes, com alta concentração proteica e/ou energética.

centro-norte da Amazônia (primeiro ciclo), entre 1876 e 1906; o tabaco nas terras não adequadas à cana-de-açúcar da região Nordeste e do Maranhão, entre 1830 e 1865; o cacau, no litoral sul da Bahia, entre 1885 e 1935. Todos esses produtos contaram com o interesse exportador da Coroa Portuguesa (Dean, 1989; Furtado, 1920/2007; Prado Júnior, 1945/2012; Rocha, 2008).

Em todos estes períodos, a criação de bovinos se expandiu, garantindo o suporte alimentar e de serviços às populações e à produção.

Para o jesuíta italiano André João Antonil, citado por Furtado (1920/2007), somente o nordeste do Brasil concentrou, até o final do século XVIII, um montante de aproximadamente 1,3 milhão de cabeças de gado, em currais que variavam de 200 a 1000 cabeças, em média.

O Brasil torna-se independente de Portugal em 1822, conservando seu regime monárquico e imperial até o final do século, período em que o café se torna a mais importante fonte de divisas do país. A pecuária bovina migra do nordeste do país para o interior e para o sul, em busca de ocupar novas terras e dar suporte à exploração de ouro e pedras preciosas, bem como a do café nas regiões de Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro. No entanto, devido à proximidade e similaridade com as terras dos pampas argentino, o extremo sul do país amplia a sua produção de carne e couro bovinos e ovinos, como atividade de destaque.

Com a proclamação da República, em 1889, Deodoro da Fonseca dá início a um novo tempo. Apesar dos esforços dos nacionalistas industriais, as medidas protecionistas em torno da atividade cafeeira (como principal atividade agrícola e exportadora) repercutiam na concentração do capital nas mãos das elites política e econômica relacionadas a esse setor, o que minimizava o interesse industrial, a não ser – de forma esporádica – pelos próprios cafeicultores e comerciantes do produto.

O fato é que as principais iniciativas empreendedoras no Brasil tiveram origem de cafeicultores e de importadores locais. A estes, o Estado participou

créditos a baixo custo, que permitiram a implantação de diversas fábricas. Criava-se, pouco a pouco, um consenso cultural sustentado pela ideia de que o progresso estava associado à mentalidade empresarial (Buescu, 2011).

A proximidade dos cafeicultores com o Estado manifestava-se fortemente nos governos entre 1902 e 1922, por meio da expressiva expansão das estradas de ferro, com vistas a favorecer o escoamento da produção, e das políticas de proteção estatal dos preços do produto. (Furtado, 1920/2007)

Paralelo a esse progresso industrial iminente, a atividade pecuária no país indicava alguma importância, com a instalação de plantas frigoríficas estrangeiras no país, principalmente em São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais (especialmente na região do Triângulo Mineiro). Prado Júnior (1945/2012) indica que somente entre 1919 e 1932, um total de 16 plantas frigoríficas foram instaladas no país, todas elas, inglesas ou estadunidenses.

Com a queda do preço do café no mercado internacional no final da década de 30', o capital dos cafeicultores tende a se diversificar. A pecuária é um dos destinos desse capital, que passa a crescer em direção ao interior oeste do país.

Para os novos criadores de origem paulista, a utilização de raças nacionais (destaque para o Caracu) trazia melhor desempenho econômico para a atividade – seja pela melhor adaptação ao clima, seja pelo menor risco de desenvolverem doenças. Já os mineiros passaram a importar raças indianas, já que tais animais tinham boa apreciação por parte de criadores e técnicos dos Estados Unidos. Capital público do governo federal e estaduais favorecem ambos propósitos. (Medrado, 2013)

Segundo o IBGE (1990), o efetivo bovino nacional entre as décadas de 20' e 40' encontrava-se ao redor de 32,2 a 32,5 milhões de cabeças, utilizando poucas pastagens cultivadas, e a quase totalidade destas formadas por gramíneas autóctones. Tratava-se ainda de uma atividade tecnicamente incipiente.

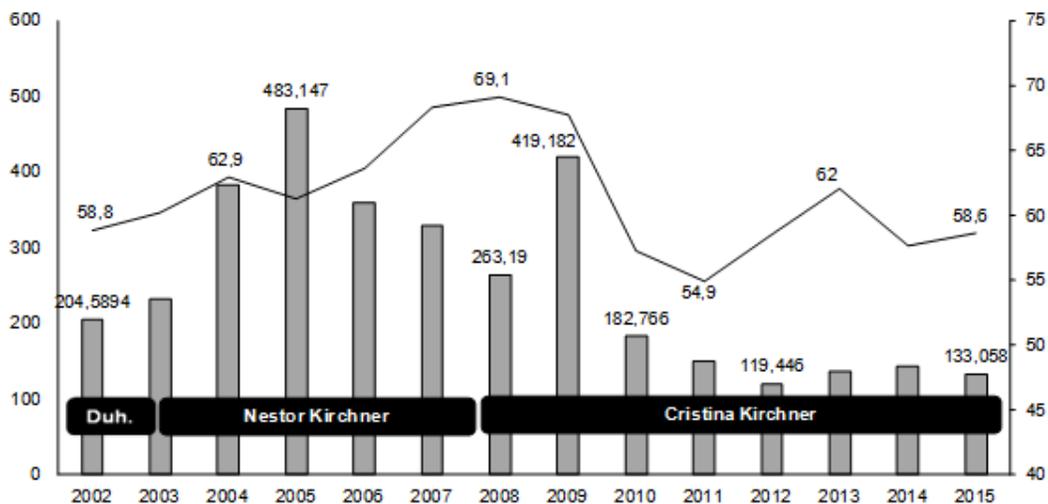


Figura 2. Evolução do volume de exportações de carne bovina e do consumo per capita, entre 2002 e 2015. Fonte: Adaptado de SENASA (2018a) e IPVCA (2018).

### Caso 8: Brasil – Entre os governos Getulistas

A Revolução de 30 representou um marco político e institucional na história do Brasil, tendo Getúlio Vargas como seu principal protagonista. Trata-se de um período com importantes movimentos em prol da estruturação produtiva e regulamentação em favor dos direitos sociais do trabalhador no país. Em meio a alternâncias de poder, os governos que sucedem o período dos primeiros governos de Vargas apresentam propostas de continuidade em prol da industrialização e da substituição de importações, que culminam na década de 60'.

No governo de Juscelino Kubitschek, em 1955, a propulsão industrializante alcança proporções importantes. A entrada de capital norte-americano se faz muito presente, seja por meio de empreendimentos diretos ou por crédito, imprimindo fortemente a aproximação militar, cultural e econômica dos Estados Unidos no Brasil.

Tanta mobilização de recursos gerou, contudo, elevação da inflação (ultrapassando a marca de 20% nos últimos anos de seu governo e 80% nos anos seguintes) e ampliação da dívida externa, o que vieram a contribuir para as críticas ao governo JK.

Os sucessores de JK foram Jânio Quadros e João Goulart – uma parceria pouco apreciada pelo lado estadunidense da guerra-fria, pelos militares e pela igreja católica.

Mediante à frágil estabilidade econômica, política e institucional dos governos seguintes ao de JK, os governos de Jânio e Jango (como eram chamados) não encontram condições de continuidade – inicialmente pela renúncia de Jânio e pela interrupção do segundo, movido por um golpe militar (em 1964).

No campo da agropecuária, ao longo do período entre 1930 e 1964, viu-se surgir inúmeros empreendimentos de grande porte no país, favorecidos, principalmente, por influência do capital estrangeiro – japonês, alemão, e estadunidense, principalmente. Tal movimento favoreceu substancialmente a produção pecuária bovina (Figura 3), que encontrou novas fronteiras para avançar: especialmente os estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Neste período, a expansão das pastagens, somente entre 1940 e 1967, aumentaria em quase 35 milhões de hectares, embora, até os anos 60', a bovinocultura de

corde estaria mais presente nos Estados das regiões Sul e Sudeste do país.

Aliado ao aumento do contingente bovino, outros frigoríficos e centros de beneficiamento de carne e derivados surgem em diversos pontos do país – agora com maior avidez nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Goiás. Contudo, a atividade não sofre muitas interferências em sua trajetória ascendente, seja de ordem política, econômica ou tecnológica.

A presença de grandes indústrias de abate e processamento de carne bovina, não conduz o Brasil propriamente à condição de exportador. A sua carne é totalmente destinada ao mercado interno.

### Caso 9: Brasil – O Regime Militar

Os militares assumem o governo a partir de março de abril de 1964, tendo Castello Branco como seu primeiro representante. Ao longo de 21 anos de regime, os nomes seguintes foram Costa e Silva, considerado como de 'linha dura' (responsável pela implantação do Ato Institucional Número 5 - AI-5, que determinou o fechamento do Congresso Nacional e outras amplas e severas medidas contra os não apoiadores do regime; Médici, governante em período de elevado crescimento do PIB (11,16% em média, anualmente), conhecido como o período do 'Milagre Brasileiro'; Geisel, responsável pelas medidas que deram início ao período de abertura política (extinção do AI-5); e Figueiredo, promotor das condições para a redemocratização, anistiando presos políticos e recebendo exilados. Figueiredo encerra seu mandato em 15 de março de 1985.

Ao longo de todo o regime, viu-se um expressivo crescimento do PIB, com controle da inflação, de 1964 a 1980, com o descontrole econômico nos anos que se seguiram.

Baer (1996/2009) considera como uma das principais razões para o bom desempenho inicial foi devido à implantação de medidas estruturantes nos mercados financeiros, seguidas da criação de meios para a atratividade do capital estrangeiro e aumento da arrecadação.

A recessão instalada entre os anos de 1981 e 1983, porém, foi decorrente da contenção de investimentos do setor público, já que este assumia, de certa forma, a centralidade das atividades econômico-produtivas durante o regime.

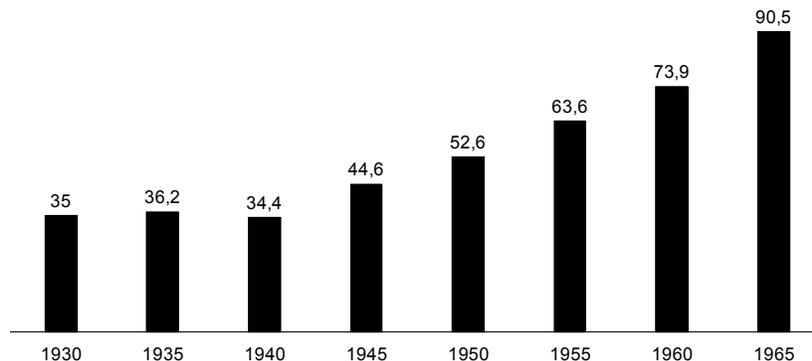


Figura 3. Evolução do rebanho bovino no Brasil entre 1930 e 1965 (em milhões de cabeças). Fonte: Adaptado de IBGE (1990) e FAO (2018).

Os governos do regime militar foram muito sensíveis à necessidade de expansão e de modernização da agropecuária nacional. Entre 1964 e 1984, o rebanho brasileiro passou de 84,2 milhões de cabeças para 124,7 milhões, um crescimento médio de 2,3% ao ano. Este crescimento acompanhou de perto o avanço populacional, que foi de 3,0% ao ano, nos mesmos 21 anos. (IBGE, 1990)

O crescimento do efetivo bovino verificado nos fins dos anos 60' correspondia ao avanço dos rebanhos em direção aos Estados de Goiás e Mato Grosso, embora, a maior parte dos abates ainda se concentrava no Estado de São Paulo. A partir dos anos 70', a migração para o Centro-oeste permitiu agregar cerca de 25% do rebanho nacional nesta região, deixando estagnada a produção no Rio Grande do Sul, e fazendo com que os frigoríficos ali instalados passassem a encerrar suas atividades e/ou migrarem para Goiás e Mato Grosso. Neste período, o país deixava de ser importador de carne e passava a exportar parte de sua produção. (IBGE, 1990)

Outro fator que merece destaque e, sensivelmente, afetou o desempenho do rebanho nacional, ao longo – e a partir – deste período, foram as mudanças nos índices zootécnicos provocados pela paulatina implantação de tecnologias. A criação da EMBRAPA, em 1973, e a expansão dos programas de extensão rural durante o regime militar contribuíram para esse desempenho, considerando que em 1960, o Sistema EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), criado por meio do Decreto 6.126/1974, atingia 280 municípios, com um contingente de 565 técnicos; já em 1986, foram atendidos 3.245 municípios por um montante de 13.198 técnicos. (Alves & Contini, 1988)

A criação do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR representou a base dessa expansão e modernização. Era necessário propiciar a ampliação da produção de alimentos, a baixo custo, para atender as necessidades dos grandes aglomerados urbanos que se formavam no país.

Ademais, diversas ações institucionais direcionadas ao setor foram criadas, sob o jugo do Conselho de Desenvolvimento da Pecuária de Corte – CONDEPE, que gerenciava recursos do Fundo para o Desenvolvimento da Pecuária – FUNDEPE, com vistas a promover o desenvolvimento da pecuária nacional, por meio de projetos financiados por organismos internacionais.

As exportações de carne bovina neste período eram inicialmente irrisórias e/ou inexistentes. A importação ocorria com frequência, buscando atender o mercado interno. A informalidade no setor era ampla, especialmente nas cidades de menor porte. O volume de carne exportada entre 1964 e 1984 saltou, contudo, de 217 a 4.493 toneladas nos 21 anos de regime militar. (MDIC, 2018)

Nota-se, contudo, que a inflação de três dígitos, estabelecida a partir dos anos 80', gerou efeito sobre o poder de compra do consumidor (percebido através da redução do consumo *per capita*), mas não abalou a curva de crescimento do efetivo bovino, que se manteve ascendente. O Consumo *per capita* de carne bovina, que se mantinha em torno de 28 kg entre 1964

e 1979, caiu para próximo de 24kg nos cinco anos seguintes. (IBGE, 1990)

#### **Caso 10: Brasil – Redemocratização**

O governo de Sarney, como primeiro no período da redemocratização, teve como seu maior desafio a inflação e a recessão advinda do regime militar. O insucesso de vários planos econômicos fez com que ele decretasse a moratória da dívida externa em janeiro de 1987 e repassasse aos seus sucessores, Collor e Itamar Franco uma inflação que chegava a superar a marca de 2700% (em 1993) – a maior da história.

O Plano Real, implantado por Itamar, estabeleceu regras de conversão da Unidade de Valor Real (URV), permitindo controlar a inflação, equilibrar as contas públicas e restabelecer o poder de compra da população, em meio à implantação de uma nova moeda, o Real. Seu gestor foi o então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC), que veio a se eleger presidente, sucedendo Itamar Franco, em 1994, permanecendo na cadeira por dois mandatos, até o final de 2002.

As bases do plano de governo do primeiro mandato de FHC, em meio à recente implantação do Plano Real, consistiram na supervalorização da moeda, no aumento da taxa básica de juros, corte de gastos públicos, privatizações e incentivos a investidores – especialmente os estrangeiros.

As turbulências econômicas no período da redemocratização não impediram que o rebanho bovino brasileiro mantivesse em ritmo de crescimento. Por sinal, Costa (2011b) destaca que a década de 80' registrou o maior nível de crescimento anual do rebanho bovino nacional: 4%. Entre 1996 e 2002, o efetivo bovino avançou de 132,2 milhões de cabeças para 185,3 milhões, uma variação positiva de 40%. O crescimento do rebanho, contudo, não foi acompanhado, no mesmo ritmo e linearidade, que o crescimento das exportações. Estas eram reféns dos movimentos econômicos e políticos da época. Em 1986, o volume exportado, em equivalente carcaça, se aproximava de 350 mil toneladas; ascendendo para 572 mil toneladas em 1988. Porém, a estabilidade na taxa de inflação trazida pelo Plano Real e outras medidas implantadas pelo governo FHC coincidiram com um forte crescimento das exportações nos anos que se seguiram, encontrando, em 2002, volume exportado de carne bovina próximo de 930 mil toneladas de equivalente carcaça (FNP, 2012) (Figura 4).

A inflação presente e o discurso recorrente de perda monetária transformaram a atividade pecuária em um ativo passível de especulação, levando à ampliação dos sistemas de produção intensiva em confinamento e semi-confinamento<sup>4</sup> no período de entressafra, ou seja, no período entre julho e outubro (na maior parte do Brasil-central, área que resguardara o maior contingente de animais para corte). Macedo (2006) indica um aumento de 78,9% no número de animais abatidos após engorda em regime de confinamento, semi-confinamento ou pastejo de inverno, entre 1995 e 2004, no Brasil.

<sup>4</sup> Os sistemas de produção em semi-confinamento correspondem ao fornecimento de concentrados (e volumosos) em cochos para animais mantidos em pastejo.

Apesar do maior contingente bovino permanecer na região Centro-oeste, Schilesinger (2010) relata que, entre 1990 e 1994, o rebanho bovino se expandiu na região amazônica a uma taxa média de 7,4%, em ritmo três vezes superior ao que observado na média das demais regiões do país – substancialmente levados pelo menor valor da terra e por créditos atrativos.

O grande salto na produção pecuária ocorreu, de fato, nos anos 90', movido, substancialmente pela atratividade das exportações (um aumento da média histórica internacional do preço da arroba de carne bovina, de US\$ 17 para US\$ 24). (Costa, 2011b)

Reis et al., (2004) identificam que a taxa de câmbio foi a variável que mais favoreceu o aumento das exportações de carne bovina entre 1996 e 2002, auxiliada pelo maior controle sanitário do rebanho e a conquista de novos mercados. Acrescenta-se que as principais políticas públicas de atendimento ao setor, nos governos pós-redemocratização mantiveram-se em torno do crédito rural – um aumento de 398% no volume de financiamentos – valores que saltaram de R\$ 522 milhões para R\$ 2,6 bilhões em todo o período. Outro fator preponderante ao mercado de carne bovina, e que certamente representou especial estímulo às exportações, diz respeito ao controle da febre aftosa.

Apesar de terem sido detectados diversos focos da doença ao longo dos anos 80' e 90', afetando alguns prognósticos, o sucesso em voga para o controle era iminente. Para Moraes et al., (2017) o sucesso do plano de erradicação estava baseado no fato de que se tratava de uma política pública ancorada em um bem privado (vacinação), dependente de um bem público (vigilância), e exigindo frequentes e novas soluções que passavam por adaptações em seus arranjos institucionais.

### Caso 11: Brasil – De Lula ao primeiro mandato de Dilma

Considerando a tumultuada situação política e a incompletude do segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff, esta análise procedeu-se somente entre os dois mandatos do presidente Lula e o primeiro de Dilma Rousseff (2003 a 2014).

Dilma não foi capaz de sustentar tal política, já que sofreu os efeitos externos da crise econômica internacional de 2008 (iniciada ainda durante o governo Lula) e das equivocadas manobras econômicas de sua própria equipe de governo, o que gerou a elevação do déficit público e o aumento da inflação e do desemprego.

Neste período, o agronegócio recebeu especial destaque do governo e, tanto o setor produtivo rural, quanto a indústria, avançaram em seus processos de produção, buscando atender aos requisitos de qualidade dos importadores e do mercado interno.

A nova política cambial adotada por FHC em 1999 – desvalorizando o Real – e a elevação dos preços das *commodities* no mercado internacional, a partir de 2002, foram os fatores que favoreceram o mercado de exportação brasileiro a partir do primeiro governo Lula. Destaque ainda deve ser dado aos programas de incentivo ao desenvolvimento rural lançados nas décadas de 80' e 90' – que garantiram a crescente produção de *commodities* agrícolas – aliados ao crescimento econômico da China, principal comprador desde então.

Em relação ao setor de produção de carne bovina, o Brasil viria a ser o segundo maior produtor do mundo e o primeiro maior exportador, ultrapassando a Austrália, em 2004 - um crescimento na produção superior a 100% em apenas uma década.

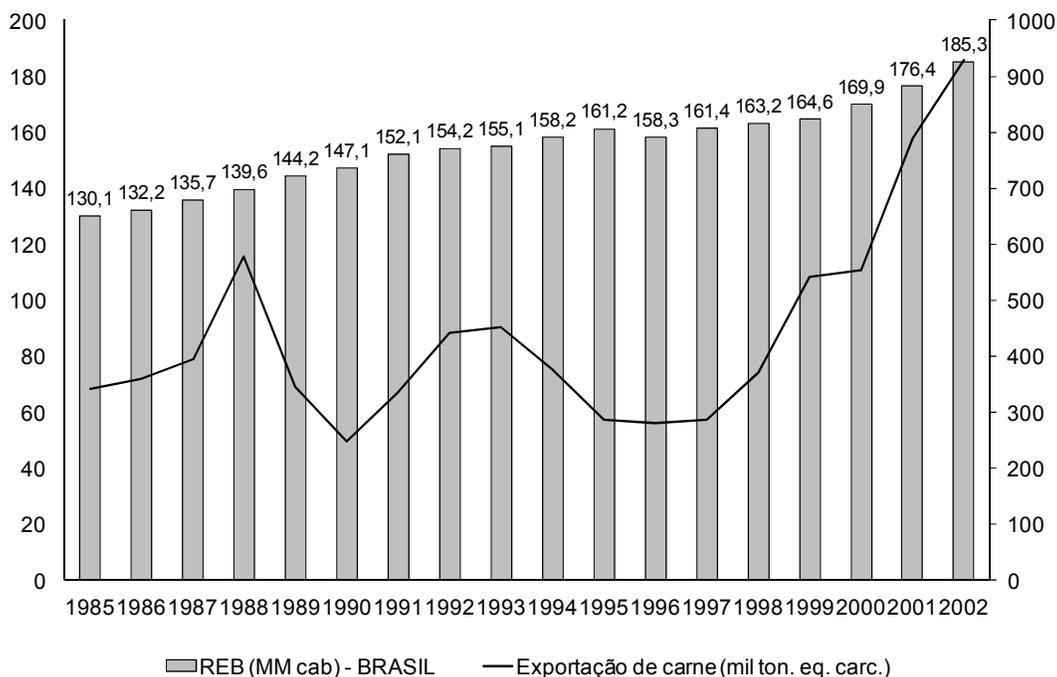


Figura 4. Variação anual do efetivo bovino nacional e do volume de carne bovina exportada do Brasil, entre 1985 e 2002. Fonte: Adaptado de IBGE (2018) e FNP (2012).

Não só a capacidade de expansão da pecuária de forma horizontal favoreceu o crescimento da produção de carne bovina no Brasil, mas substancialmente a adoção de tecnologias próprias. Neste aspecto, destacaram-se os avanços na geração de gramíneas mais adaptadas e produtivas, além de técnicas de manejo alimentar e sanitário dos rebanhos. O volume de animais confinados, segundo a ABIEC (2016), cresceu de 2,06 milhões de cabeças, em 2002, para 5,05 milhões de cabeças em 2015, sendo que 13% dos animais abatidos neste ano tinham origem de confinamentos.

A Figura 5 ilustra as evoluções do rebanho bovino e do volume de carne exportada no período entre 2003 e 2014. No caso das exportações há um declínio mais acentuado a partir de 2008, em decorrência da crise internacional, com recuperação das vendas em 2011, ano em que coincide com o maior efetivo bovino identificado ao longo da história, no Brasil (pelo menos até 2014): 212,8 milhões de cabeças.

Em relação às empresas produtoras e exportadoras do setor de abate e processamento de carne bovina, a Friboi destacou-se por sua singular ascensão. Entre 2001 e 2006, adquiriu 21 plantas frigoríficas no Brasil e 5 na Argentina. Somente em 2008, quatro entre as maiores empresas frigoríficas do país, respondiam juntas por quase R\$ 4,8 bilhões de empréstimos do BNDES.

A participação do BNDES nos investimentos destas empresas o colocou não somente como financiador, mas também como sócio minoritário, já que as transações envolveram a aquisição de ações dos frigoríficos, através do BNDESPar (uma *holding* do próprio banco que tem como finalidade acompanhar a gestão de suas participações) (Figura 5).

Outros movimentos internos e externos contribuíram para os avanços na produção e comercialização de carne bovina pelo Brasil neste período, se oportunizando da variação dos preços internacionais da carne brasileira, que cresceram, entre 2003 e 2010, valores entre 115% e 125%, conforme o destino. (Neves, 2012). O surgimento dos casos de

Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE) na Europa, vulgarmente conhecida como doença da vaca louca, resultou na necessidade de que o Brasil adotasse um sistema de rastreabilidade da carne exportada. O governo brasileiro, mediante tal demanda, implantou o Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina – SISBOV. Tratava-se de uma medida que determinava a obrigatoriedade de cadastro dos animais de todas as propriedades criadoras de bovinos do país para efeito de rastreamento.

Outro fato de importância para o agronegócio da carne bovina diz respeito à manutenção do plano de controle da febre aftosa. Embora em 2005 houvesse um novo surto da doença no Mato Grosso do Sul, iniciativas emergenciais por parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA permitiram a minimização dos danos ao comércio da carne, bem como a ampliação da área livre da doença no país.

Decorrente do bom momento da economia global, viu-se, internamente, no Brasil, ocorrer um período de bem-estar econômico – pelo menos ao longo dos dois mandatos de Lula (2003 a 2010). Esta condição permitiu o crescimento do poder de compra e dos índices de satisfação do consumidor, fazendo com que o consumo *per capita* de carne bovina passasse de 36,3 kg em 2003 para 37,8 kg em 2010. Tal índice permaneceria em crescimento até chegar a 42,0 kg ao longo do primeiro mandato de Dilma. No entanto, com a ampliação da inflação ao longo de seu governo, o poder de compra do consumidor seria afetado e determinaria a queda no consumo já no primeiro ano do segundo mandato, para valores próximos de 30,6 kg. (ABIEC, 2018).

## DISCUSSÃO

A análise dos principais achados que causaram impacto na produção de bovinos nos 11 casos anteriormente descritos é apresentada a partir da evolução dos rebanhos bovinos na Argentina e no Brasil, representada na Figura 6.

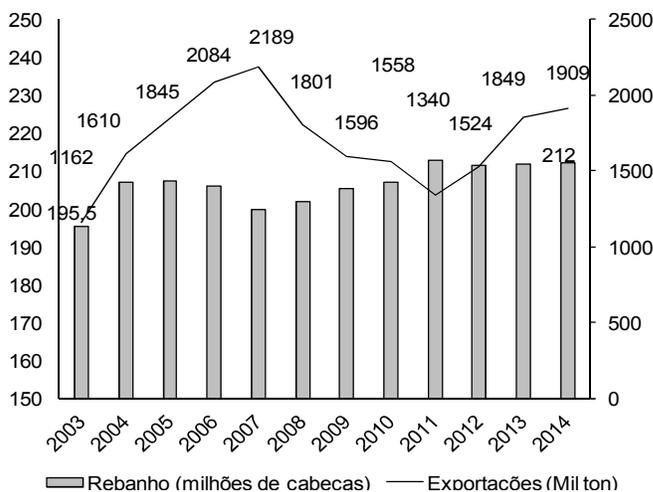


Figura 5. Evoluções do efetivo bovino e das exportações de carne bovina, no Brasil, entre 2003 e 2014. Fonte: ABIEC (2018).

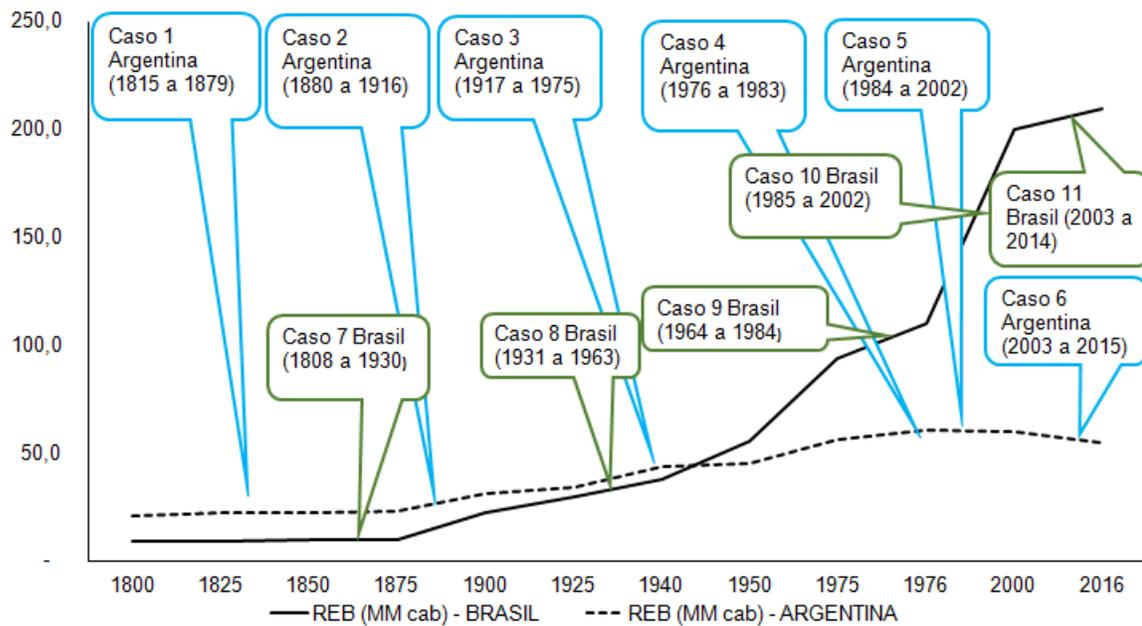


Figura 6. Evolução comparada dos efetivos bovinos argentino e brasileiro entre os anos de 1800 e 2016, e indicação aproximada dos períodos correspondentes aos casos. Fonte: Elaboração própria.

Na Figura 6, é possível identificar visualmente, desde o início do século XIX, um longo período de soberania da Argentina, sobre o Brasil, em relação ao número de bovinos em seu território. No entanto, a partir da década de 40' há uma transposição da linha que representa o efetivo bovino brasileiro, seguida de um distanciamento entre elas, indicando um forte crescimento do rebanho brasileiro e uma quase paralisação do crescimento do rebanho argentino.

Os números indicam que, enquanto no início do século XIX o rebanho argentino já representava uma atividade econômica promissora, com aproximadamente 18 milhões de cabeças, o rebanho brasileiro não passava de 7 milhões de cabeças, embora, como atividade acessória. A partir do início do século XX, o rebanho brasileiro assume importância como atividade econômica e avança para o interior do país, como consequente investimento oriundo do capital obtido com o café. Na Argentina, até a década de 30', a carne bovina se conserva como a mais importante atividade econômica. Os rebanhos, neste momento circundavam em torno de 35 milhões e 30 milhões de cabeças, respectivamente, na Argentina e no Brasil.

O pico do crescimento do efetivo bovino na Argentina ocorre em 1977, com 61,1 milhões de cabeças. Nesse momento, o Brasil já a ultrapassara com um efetivo equivalente a 110 milhões de cabeças.

Nos anos que se seguem, o rebanho argentino se mantém estável, com pequenas variações e tendência de decréscimo, em números próximos a 50 milhões de cabeças. No Brasil, de forma contrária, o rebanho bovino alcança grandes taxas de crescimento: 170 milhões em 2000; 206 milhões em 2006; e 212 milhões em 2014.

Considerando os casos apresentados e a evolução dos rebanhos argentino e brasileiro, foram identificados os principais eventos que geraram impactos (positivos e negativos) sobre o crescimento dos respectivos rebanhos, bem como o Grau de Intensidade (GI), variando de 1 a 3, correspondente a cada evento, em função do impacto produzido. (Quadro 2)

As informações apresentadas na Tabela 2 dão conta de que nos períodos correspondentes aos casos 4, 6 e 5 (todos da Argentina), nesta ordem, houve redução do efetivo bovino. Vê-se ainda que os casos que apresentaram variações positivas anuais foram, nessa ordem: os casos 9, 10, 11, 3, 8, 2, 7 e 1. Ou seja, os maiores aumentos nos crescimentos dos rebanhos foram verificados nos últimos anos, no Brasil, quando comparados com os períodos de auge do comércio de carnes na Argentina.

Em relação à participação do Estado, como gerador de eventos propulsores ao crescimento do efetivo bovino, é possível verificar que nos períodos de maior crescimento (casos 11, 10 e 9), o estímulo à produção e exportação, com a oferta de crédito, a difusão de tecnologia e o combate à febre aftosa, parecem ter sido os movimentos mais eficazes ao crescimento do agronegócio da carne bovina. O apoio à melhoria genética do rebanho, com a importação de animais e suporte aos cruzamentos (caso 7) parecem também ter contribuído para os avanços futuros. Especificamente, nos casos argentinos (3, 2 e 1), a participação do Estado com operações comerciais e financeiras (desvalorização da moeda e suporte às exportações) parecem não alcançarem êxito equivalente.

Tabela 2. Eventos (ações e políticas) produzidos pelo Estado e geradores de impactos causados sobre o crescimento do rebanho bovino, seus respectivos Graus de Intensidade (GI), e indicativos da Variação do Efetivo Bovino (VEB), por caso. \* VEB (Variação do Efetivo Bovino): Ini. (Rebanho inicial, em milhões de cabeças); Fin. (Rebanho final, em milhões de cabeças); Per. (Percentual da variação); Va (Variação anual, em mil cabeças). Fonte: Elaboração própria.

Caso	Eventos e Grau de Intensidade (GI)	VEB*
1	- Estímulo à exportação de couro, carne seca e carne salgada pelo rio da Prata. (2)	Ini. 18,0
	- Proibição de produção de carne salgada e da presença de saladeiros nos arredores de Buenos Aires. (1)	Fin. 24,0
	- Estímulo à ocupação de terras e ao combate à ocupação indígena na região dos pampas. (3)	Per. 33,3%
	- Desvalorização da moeda, estimulando as exportações. (3)	Va. 93,8
2	- Favorecimento à expansão da indústria frigorífica e do transporte marítimo de carne congelada e resfriada. (3)	Ini. 24,0
	- Favorecimento à entrada de capital estrangeiro (Reino Unido e EUA) no país. (3)	Fin. 31,0
	- Interferência na disputa entre frigoríficos estadunidenses, britânicos e argentinos pela formação de escalas para abate: 'guerra das carnes'. (2)	Per. 29,2%
	- Desvalorização da moeda, estimulando as exportações. (3)	Va. 194,4
3	- Programa de estatização de ferrovias e quebra do monopólio dos frigoríficos em mãos estrangeiras. (2)	
	- Neutralidade militar e aproximação comercial da URSS. (2)	
	- Criação do Frigorífico Nacional (Frigorífico y Matadero Municipal de Liniers) (1)	Ini. 30,0
	- Criação da Junta Nacional de Carnes – JNC e de uma legislação de amparo ao setor. (2)	Fin. 57,0
4	- Criação do Tratado <i>Roca-Runciman</i> , que estabelecia condições para o comércio bilateral entre Argentina e Inglaterra. (2)	Per. 90,0%
	- Ações do governo de Perón contra o liberalismo econômico: criação do Instituto Nacional de Carnes – INC, redução das exportações e abastecimento de carne ao mercado interno. (2)	Va. 465,5
	- Interferências na área tecnológica (1)	Ini. 58,2
	- Interferência no preço da carne e na evolução dos salários reais da população, comprometendo o mercado interno da carne bovina. (3)	Fin. 54,0
5	- Restrição ao crédito, por meio de elevação das taxas de juros. (3)	Per. -7,2%
	- Intervenção na CAP e na composição da JNC. (2)	Va. -600
	- Planos econômicos do governo Alfonsín para conter inflação. (1)	
	- Lei de Convertibilidade. (2)	Ini. 54,6
6	- Interferência na comercialização de animais com vistas a inibir a sonegação. (2)	Fin. 52,2
	- Implantação de medidas para restrição de unidades abatedoras, afim de atender os interesses dos importadores ("corte por lo sano") (3)	Per. -4,4%
	- Aplicação de rígidas medidas para o controle da febre aftosa e obtenção do certificado de 'área livre' da doença. (2)	Va. -133,3
	- Manutenção de programa de desvalorização do peso em prol das exportações (Néstor). (2)	
7	- Estatização e expropriação de grandes empresas, além da intervenção no câmbio. (1)	Ini. 54,0
	- Incentivo à adoção de tecnologias nos rebanhos – especialmente a pequenos produtores. (1)	Fin. 52,0
	- Adoção de medidas que pressionaram o preço da carne para baixo, mediante proibição temporária e parcial das exportações. (3)	Per. -3,7%
		Va. -166,7
8	- Favorecimento à instalação de plantas frigoríficas inglesas e estadunidenses. (2)	Ini. 6,5
	- Apoio estatal para a importação de rebanhos indianos e de desenvolvimento da raça caracu nas propriedades oriundas do capital dos cafeicultores. (3)	Fin. 29,0
		Per. 346,2%
		Va. 184,4
9	- Favorecimento ao processo de industrialização no país. (1)	Ini. 29,8
	- Estímulo ao desenvolvimento do interior. (2)	Fin. 41,0
		Per. 37,6%
		Va. 350,0
10	- Implantação de programas de desenvolvimento e interiorização da produção nacional, com crédito oriundo de agências externas. (3)	Ini. 42,3
	- Criação da EMBRAPA e da EMBRATER. (3)	Fin. 127,0
	- Estímulo à produção e exportação de carne a partir da criação do CONDEPE e do FUNDEPE. (3)	Per. 200,2%
		Va. 4235,0
11	- Manutenção dos programas de desenvolvimento e crédito ao setor. (3)	Ini. 128,5
	- Adoção de medidas de flexibilização do câmbio, com desvalorização do Real. (3)	Fin. 185,0
	- Intensificação do plano de erradicação da febre aftosa. (3)	Per. 44,0%
	- Favorecimento ao desenvolvimento e transferência de tecnologia. (3)	Va. 3323,5
11	- Oferta de recursos do tesouro via BNDES para ampliação e modernização do parque industrial de abate, processamento e exportação de carne bovina. (3)	Ini. 191,0
	- Implantação do SISBOV para rastreamento de carne bovina. (2)	Fin. 212,0
		Per. 11,0%
		Va. 1909,1

No que tange aos casos que indicaram retração do crescimento (4, 6 e 5), é possível verificar que o Estado contribuiu de forma importante para o desestímulo à produção, por meio de políticas de interferência no preço dos animais e da carne, limitação ao mercado de exportações e restrição do crédito aos vários elos da cadeia produtiva. Medidas populistas, que buscavam atender ao consumidor, com menor preço da carne, levaram a prejuízos aos pecuaristas e aos frigoríficos, fazendo com que estes abandonassem a atividade.

É importante destacar que outros eventos, alheios à participação do Estado, tal como a 'guerra fria' e a crise das hipotecas de 2008, bem como o boom do preço das *commodities* ocorridos nos anos 00', impactaram no comércio internacional da carne bovina e, por conseguinte, afetaram nos mercados locais – estimulando ou restringindo o crescimento dos rebanhos. No entanto, é tácito imaginar que os governos, tanto no Brasil, como na Argentina, usufruíram (ou poderiam ter usufruído) dessas circunstâncias para garantir o melhor desempenho do agronegócio da carne bovina em seus países – o que indica que, direta ou indiretamente, o Estado tem a sua parcela de responsabilidade no desempenho do setor. E, nem sempre, os governos, em cada um dos países, aproveitaram, em algum momento, as condições mercadológicas ou políticas favoráveis ao progresso setorial, em prol de alavancar a produção ou a comercialização de animais e da própria carne.

Apesar das características edafoclimáticas relativamente diferentes entre Argentina e Brasil, a possibilidade de crescimento da bovinocultura de corte em cada um dos dois países sempre foi possível, guardadas as devidas características zootécnicas dos animais e dos sistemas de manejo. Considerando esse argumento, é crível aceitar que as raças criadas na Argentina teriam até mais propensão a oferecer carne de qualidade superior às criadas no Brasil – e, conseqüentemente, encontrando mercados mais abundantes e preços melhores pelo seu produto no contexto internacional. Entretanto, a exploração horizontal e vertical da atividade parece ter sido mais eficiente no Brasil, do que na Argentina ao longo destes dois séculos de exploração.

O estudo mostra a interrupção do crescimento do rebanho argentino se mostra mais efetivo no momento em que ele, opostamente, ele dispara no Brasil – ou seja, na década de 70', ao longo dos regimes militares, nos dois países. Não se pode dizer, contudo, que há uma direta relação com a postura ideológica dos dois regimes (até por que reproduzem efeitos opostos), mas a política econômica adotada nos dois teriam sido cruciais para o resultado alcançado: enquanto que a seletividade industrial, a restrição de crédito e a garantia de oferta de carne bovina à população – em ritmo de empobrecimento – fez parte da política dos militares na Argentina, seus colegas brasileiros impuseram um programa de desenvolvimento estrutural no país, com a utilização de capital estrangeiro como fonte de crédito ao setor privado. Curioso perceber que a estratégia política adotada pelos militares brasileiros se assemelhou, em vários aspectos, com a política adotada pelos governos argentinos de um século antes – a República Conservadora, gerando importante

progresso no setor e crescimento do rebanho bovino na Argentina.

## CONCLUSÕES

O presente estudo buscou associar temporalmente a realidade política e econômica de dois diferentes países (Argentina e Brasil), em torno de um contexto produtivo comum e muito importante para a história de ambos: o agronegócio da carne bovina. Como objeto analítico, utilizou-se do efetivo bovino.

A pesquisa histórica-comparada se mostrou, portanto, como meio permissível a tal entendimento, identificando, de forma simples, as estratégias políticas que levaram a diferentes caminhos a economia do setor em questão.

Viu-se que a trajetória da bovinocultura de corte tomada pelos dois países teve direta relação com as diretrizes estabelecidas pelos governantes ao longo do tempo. Por mais que eventualmente, as conjunturas geográfica, social ou mercadológica, pudesse se mostrar, diferentes para um ou outro, a condução política foi preponderante para os resultados alcançados.

Especificamente, os achados indicaram que, substancialmente, a políticas de expansão da produção voltada aos mercados externos, a partir da ampliação do crédito e do amparo tecnológico ao setor, permitiu conduzir os rebanhos (e a rentabilidade de toda a cadeia, por conseguinte) ao crescimento.

## BIBLIOGRAFIA

- Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ABIEC).** 2016. Perfil da pecuária no Brasil. Relatório Anual 2016. Brasília. ApexBrasil. Disponível em: <http://www.assessoriaagropecuaria.com.br/anexo/88>. Último acesso: setembro de 2018.
- ABIEC** – 2018. Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos. Perfil da pecuária no Brasil. Relatório Anual 2018. Brasília. ApexBrasil. Disponível em: <http://abiec.siteoficial.ws/images/upload/sumario-pt-010217.pdf>. Último acesso: setembro de 2018.
- Albuquerque, M. M.** 1981. Pequena história da formação social brasileira. Rio de Janeiro. Graal. 283 pp.
- Alves, E. R. A. & E. Contini.** 1988. O progresso tecnológico e desenvolvimento da agricultura brasileira. In: IPEA; INPES. (Eds.). Os principais problemas da agricultura brasileira: análise e sugestões, (pp. 49-68). Brasília: IPEA.
- Arceo, N.** 2017. La evolución del ciclo ganadero argentino en la segunda fase del modelo sustitutivo de importaciones. América Latina en la Historia Económica, 24(3):161-192.
- Azcuy Ameghino, E. A.** 2007. La carne vacuna argentina: historia, actualidad y problemas de una agroindustria tradicional. Buenos Aires: Imago Mundi. 319 pp.
- Azcuy Ameghino, E.A., M. Bordas, G. Gresores, & G.M. Dougnac,** 1998. El complejo alimentario de la carne vacuna argentina, 1960 – 1996. Cuadernos de

- PIEA, 7. Disponível em: [http://www.ciea.com.ar/web/wp-content/uploads/2016/11/El-complejo-agroalimentario-de-la-carne-vacuna-argentina-1960-1996\\_Cap1.pdf](http://www.ciea.com.ar/web/wp-content/uploads/2016/11/El-complejo-agroalimentario-de-la-carne-vacuna-argentina-1960-1996_Cap1.pdf). Último acesso: agosto de 2018.
- Baer, W.** 2009. A economia brasileira. São Paulo. Nobel. (Original publicado em 1996). 962 pp.
- Basualdo, E. M. & N. Arceo.** 2006. Evolución y situación actual del ciclo ganadero en la Argentina. Realidad Económica, 221: 7-30.
- Basualdo, E. M. & M. Khavisse.** 1993. El nuevo poder terrateniente. Buenos Aires. Editora Planeta. 374 pp.
- Brisola, M. V.** 2014. Brasil e Argentina: Variedade de capitalismo e um século de convergência em torno da agroexportação. Revista de História Iberoamericana, 7 (1): 10-34.
- Buescu, M.** 2011. História econômica do Brasil: Leitura básica. Antônio Paim (Ed.). Salvador: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro.
- Costa, L.** 2011a, Agosto 27. Stravaganza, L. C. História da criação de gado na Argentina. Disponível em: <https://stravaganzastravaganza.blogspot.com.ar/2011/03/historia-da-criacao-de-gado-na.html>. Último acesso: julho de 2018.
- Costa, L.** 2011b, Agosto 29. Stravaganza, L. C. História do gado no Brasil no século XX. Disponível em: [https://stravaganzastravaganza.blogspot.com/2011/07/e-volucao-da-criacao-de-gado-no-brasil\\_01.html?q=historia+do+gado+no+Brasil](https://stravaganzastravaganza.blogspot.com/2011/07/e-volucao-da-criacao-de-gado-no-brasil_01.html?q=historia+do+gado+no+Brasil). Último acesso: agosto de 2018.
- Dean, W.** 1989. A luta pela borracha no Brasil. São Paulo. Nobel. 320 pp.
- FAO** – 2018. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura. FAOSTAT. Roma. FAO. Disponível em: <http://www.fao.org/faostat/es/#data/QA>. Último acesso: setembro de 2018.
- Ferrer, A.** 2006. A economia argentina: De suas origens ao início do século XXI. Rio de Janeiro. Campus. 256 pp.
- FNP** -2012. Consultoria & Comércio. Anualpec. São Paulo. FNP. 118 pp.
- Furtado, C.** 2007. Formação econômica do Brasil. São Paulo. Companhia das Letras. (Original publicado em 1920). 351 pp.
- Ghezán, G., M. Mateos. & J. Elverdín.** 2001. Impacto de las políticas de ajuste estructural en el sector agropecuario y agroindustrial: El caso de Argentina. Serie Desarrollo Productivo, 90, Santiago. CEPAL. 84 pp.
- Gilberti, H.C.E.** 1970. Historia económica de la ganadería argentina. Buenos Aires. Hyspanamerica. 217 pp.
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1990. Estatísticas históricas do Brasil: Séries econômicas, demográficas e sociais - de 1550 a 1988. Rio de Janeiro. Fundação IBGE. 635 pp.
- IPCVA** – Instituto de Promoción de la Carne Vacuna Argentina. 2012. La industria frigorífica argentina: Pasado, presente y futuro. Cuadernillo Técnico, 13. Buenos Aires. IPCVA. 68 pp.
- IPCVA** – Instituto de Promoción de la Carne Vacuna Argentina. 2018. Material de consulta. Buenos Aires. IPCVA. Disponível em: <http://www.ipcva.com.ar/vertex.t.php?id=802>. Último acesso: maio de 2018.
- Macedo, L.O.B.** 2006. Modernização da pecuária de corte bovina no Brasil e a importância do crédito rural. Informações Econômicas, 36 (7): 83-95.
- MDIC** – Ministério de Indústria, Comércio Exterior e serviços. 2018. Estatísticas de comércio exterior. Brasília: MDIC. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior>. Último acesso: setembro de 2018.
- Medrado, J.** 2013. Do pastoreio à pecuária: A invenção da modernização rural nos sertões do Brasil central. Tese de Doutorado. Curso de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ. 255 pp.
- Mendéz, A. F.** 1988. La comercialización de carne vacuna en el mercado interno argentino. Doutorado. Tese. Pós-graduação em Ciências Econômicas, Universidade de Buenos Aires, Faculdade de Ciências Econômicas, Buenos Aires, BA. 138 pp.
- Moraes, G. M., M.V. Brisola & V.S.P. Gonçalves.** 2017. Os circuitos pecuários e a febre aftosa no Brasil: Uma análise histórico-institucional. Savannah Journal of Research and Development, 1 (1): 32-40.
- Neves, M.F.** 2012. Estratégias para a carne bovina no Brasil. São Paulo. Scot Consultoria. 272 pp.
- Nin, M.C. & S.M. Shmite.** 2013. Las instituciones vinculadas con el mercado de carne bovina: Articulaciones multiescalares. Una mirada geográfica. Revista Universitaria de Geografía, 22 (1-2): 69-100.
- Prado Júnior, C.** 2012. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense. (Original publicado em 1945). 364 pp.
- Ragin, C.C.** 1992. Introduction: Cases of 'whats is a cases?' In: Ragin, C. C. & Becker, H. S. (Eds.). Whats is a case?. New York: Cambridge University Press, (pp. 1-17).
- Reis, J.D., C.A.M. Leite & A.R.P Simões.** 2004. Oferta brasileira de exportação de carne bovina, 1996-2002. Em Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Org). Anais do XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. (CD ROM). Cuiabá, MT: SOBER.
- Rocha, L.B.** 2008. A região cacauzeira da Bahia - dos coronéis à vassoura de bruxa: Saga, percepção, representação. Ilhéus. UESC. 258 pp.
- Schilesinger, S.** 2010. Onde pastar? O gado bovino no Brasil. Rio de Janeiro. Fase. 116 pp.
- SENASA** – 2018a. Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria. Datos Abiertos Agroindustria. Buenos Aires. SENASA. Disponível em: <https://www.agroindustria.gob.ar/datosagroindustriales/>. Último acesso: junho de 2018.
- SENASA** – 2018b. Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria. Argentina libre de fiebre aftosa: breve historia de la erradicación. Buenos Aires. SENASA. Disponível em: [http://www.senasa.gob.ar/prensa/DNSA/dir\\_programacion\\_sanitaria/Prog-Nacional-Control-Eradicacion-de-F-Aftosa/Breve\\_historia\\_de\\_la\\_erradicacion.html](http://www.senasa.gob.ar/prensa/DNSA/dir_programacion_sanitaria/Prog-Nacional-Control-Eradicacion-de-F-Aftosa/Breve_historia_de_la_erradicacion.html). Último acesso: junho de 2018.
- USDA** - United States Department of Agriculture. 2018. Foreign Agriculture Service. Production supply and distribution. Disponível em: <https://apps.fas.usda.gov/psdonline/app/index.html#/app/downloads>. Último acesso: junho de 2018.